ReGeo
ISSN: 2177-3246

REFLEXÕES SOBRE O BRASIL EM QUATRO INTÉRPRETES DA CULTURA BRASILEIRA: EUCLIDES DA CUNHA, GILBERTO FREYRE, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E CAIO PRADO JÚNIOR

REFLECTIONS ON BRAZIL IN FOUR INTERPRETERS OF BRAZILIAN CULTURE: EUCLIDES DA CUNHA, GILBERTO FREYRE, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA AND CAIO PRADO JÚNIOR

REFLEXIONES SOBRE BRASIL EN CUATRO INTÉRPRETES DE LA CULTURA BRASILEÑA: EUCLIDES DA CUNHA, GILBERTO FREYRE, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA Y CAIO PRADO JÚNIOR

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-061

Data de submissão: 13/10/2026 **Data de publicação:** 13/11/2026

Roberto José Caldas Freire Junior
Mestrado em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional
Instituição: Universidade de Fortaleza. Bolsista da FUNCAP (CEARÁ)
E-mail: roberto.freirejr40@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2510-1356

Lúcio Alves de Barros
Doutor em Ciências Humanas pela UFMG e professor da FaE/BH e do Mestrado em Segurança Pública e Cidadania – FAPPGEN, ambos na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
E-mail: luciobarros460@gmail.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8126-378X

Martonio Mont'alverne Barreto
Doutor e Pós- doutor em Direito em Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main.
Professor Titular do PPGD UNIFOR
E-mail: barreto@unifor.br
Orcid. https://orcid.org/0000-0003-0052-2901

RESUMO
O artigo em apreço descreve a interpretação de quatro autores brasileiros acerca da formação social, política e cultural do Brasil. O mosaico de acontecimentos e análises que se iniciaram desde a miscigenação brasileira entre indígenas, portugueses e negros é uma questão que perpassa as obras analisadas. Alguns entenderam a miscigenação como degradação do povo, outros como um avanço abrindo o país à diversidade de culturas e a seres humanos civilizados. Destacamos o debate sobre a centralização do poder, a criação e maturação das oligarquias e das elites. Ressaltamos a monocultura, o latifúndio, a escravidão, a violência, o nepotismo e o fisiologismo presentes na política brasileira. Os intérpretes escolhidos, ao mesmo tempo que se completam, são divergentes em ideias. Suas obras são de leitura obrigatória e um tronco comum aparece como consenso: a necessidade de entender o nosso atraso, a desigualdade social, a concentração econômica, a violência, a injustiça, os dispositivos de controle e a exclusão, estruturas sofisticadas que vem se mostrando mais fortes e duradouras ao passar dos anos.

Palavras-chave: Brasil. Intérpretes. Pensamento Político.

ABSTRACT
The article in question describes the interpretation of four Brazilian authors regarding the social, political and cultural formation of Brazil. The mosaic of events and analyses that began since Brazilian miscegenation between indigenous peoples, Portuguese and Blacks is an issue that permeates the works analyzed. Some understood miscegenation as degradation of the people, others as an advancement opening the country to the diversity of cultures and to civilized human beings. We highlight the debate on the centralization of power, the creation and maturation of oligarchies and elites. We emphasize monoculture, large estates, slavery, violence, nepotism and physiologism present in Brazilian politics. The chosen interpreters, while complementing each other, are divergent in ideas. Their works are mandatory reading and a common trunk appears as consensus: the need to understand our backwardness, social inequality, economic concentration, violence, injustice, devices of control and exclusion, sophisticated structures that have proven to be stronger and more durable over the years.

Keywords: Brazil. Interpreters. Political Thought.

RESUMEN
El artículo en cuestión describe la interpretación de cuatro autores brasileños acerca de la formación social, política y cultural de Brasil. El mosaico de acontecimientos y análisis que se iniciaron desde la miscigenación brasileña entre indígenas, portugueses y negros es una cuestión que atraviesa las obras analizadas. Algunos entendieron la miscigenación como degradación del pueblo, otros como un avance abriendo el país a la diversidad de culturas y a seres humanos civilizados. Destacamos el debate sobre la centralización del poder, la creación y maduración de las oligarquías y de las élites. Resaltamos el monocultivo, el latifundio, la esclavitud, la violencia, el nepotismo y el fisiologismo presentes en la política brasileña. Los intérpretes elegidos, al mismo tiempo que se complementan, son divergentes en ideas. Sus obras son de lectura obligatoria y un tronco común aparece como consenso: la necesidad de entender nuestro atraso, la desigualdad social, la concentración económica, la violencia, la injusticia, los dispositivos de control y la exclusión, estructuras sofisticadas que vienen mostrándose más fuertes y duraderas al pasar de los años.

Palabras clave: Brasil. Intérpretes. Pensamiento Político.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por função compreender o mosaico de ideias no qual muitos autores, em ambiguidades e paradoxos, vêm chamando de pensamento social brasileiro, especialmente no tocante à possibilidade do entendimento da cultura nacional. A empreitada é de difícil manejo, dado que não existem consensos quando tratamos das manifestações culturais que poderiam se iniciar pouco ou antes das representações provenientes das relações dos aborígenes que já estavam por aqui bem antes do achamento português que já em solo brasileiro praticou ostensivamente a escravidão indígena e, posteriormente, a negra. O campo é fértil e não são poucos os autores que vem delineando esse debate há tempos no Brasil. Importante lembrar que no século XVI o desenvolvimento das grandes navegações e a exploração das colônias não pouparam os continentes do vexame da escravidão, da roubalheira desenfreada, da violência sem limites e da imposição de etnias.

Na realidade a conjuntura do desenvolvimento do pensamento social sobre o Brasil é complexa. Ela é resultado de inúmeros fatores que marcaram nossa consciência coletiva (Toledo, 1977; Mota, 1933; Bosi, 1994; Miceli, 2002; Weffort, 2006). Para se ter uma ideia, muitos autores lançaram mão das concepções de desenvolvimento oriundos de uma "pseudomodernidade", as quais se adequaram ao imaginário europeu. Ao contrário do tom modernizante, o Brasil demorou para libertar os escravos em 1888 (Lei Áurea). Também tardou em organizar o nascimento e o desenvolvimento do Partido Republicano (PR), sedento por firmar políticas econômicas conservadoras e no campo moral manter as tradições "familiares" e de hierarquia tendo como pano de fundo os valores da ética e da justiça judaico-cristã. O presente partido foi fundado em 1870, em pleno Império e, aproveitando da bestialidade da população (Carvalho, 1987) defendeu o início da república no Brasil nos moldes liberais da Europa. Esse processo se desenvolveu aceleradamente entre os séculos XVI e XIX. Em 1889, sob a influência do racionalismo positivista e dos anseios liberais da Europa, o Brasil proclamou a República sem o povo. É o início do que alguns autores chamaram de burguesia, uma elite atabalhoada, patrimonial e nada racional que, ao tomar o poder, promoveu vida longa às oligarquias regionais e o abandono dos povos socialmente excluídos, tais como os sem trabalhos, os "sem terra", os "vagabundos", os capoeiras, os pobres, as prostitutas, os desviados, os negros (escravos, alforriados e livres) e as crianças.

Do ponto de vista ideológico, a ressonância dada à categoria trabalho e ao labor árduo penalizaram aqueles que não possuíam os meios de produção e os abandonados à própria sorte. Desde antes da república encontramos em solo nativo o trabalho precarizado, humilhante, informal e espoliador (Chalhoub, 2001). Ao lado do desenvolvimento industrial - entre os anos de 1808-1929 - conjuntura de análise de muitos autores, tivemos o acelerado crescimento do comércio formal (e

informal) e as atividades exportadoras engatilhando nossa máquina produtiva para a exportação de bens duráveis para o exterior. O Brasil passou rapidamente pela denominada primeira e segunda revoluções industriais, períodos que levaram séculos em alguns países da Europa. Entre os anos de 1831 e 1840**,** a despeito das manifestações de revolta[1], o modelo de produção de mercado revolucionou todas as relações, notadamente as relações domésticas e as relações do espaço da rua, do trabalho e de operações industriais que passaram a fazer parte do que chamamos de sistema fabril de produção. No Brasil, notadamente após a proclamação da República de 1889, tivemos a emergência de um tímido parque industrial em meio ao desenvolvimento do final do ciclo do ouro e do café no Sudeste. A população cresceu e a urbanização desenfreada e sem critérios apareceu nas paisagens das vilas e das cidades. Longe dos critérios mais básicos dos direitos humanos tivemos a expulsão de boa parte dos negros para o setor rural e para as periferias das grandes cidades, uma vez que os grandes fazendeiros - já donos dos meios de produção nas cidades - trocavam os negros pela mão de obra imigrante. Nesse cenário também conhecemos a expansão de monoculturas como o café e o algodão, os quais geraram lucros e operações financeiras que foram de suma importância para o crescimento das cidades, do setor de transporte e iluminação (Carvalho, 2001).

2 OS CAMINHOS DO DARWINISMO SOCIAL

Na conjuntura apresentada, mesmo antes da abolição da escravatura, apareceram importantes escritores, políticos e intelectuais brasileiros como José Bonifácio de Antônio Vieira (1608-1697), Andrada e Silva (1763-1838), José de Alencar (1829-1877), Luiz Gama (1830–1882), André Rebouças (1838-1898), Joaquim Nabuco (1849–1910), Rui Barbosa (1849-1923), o jornalista, José do Patrocínio (1853–1905), Castro Alves (1847–1871), Machado de Assis (1839-1908), Tobias Barreto (1839-1889), Aluísio de Azevedo (1857-1913), Olavo Bilac (1865-1918), Manoel José Bomfim (1868-1932), João do Rio (pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto - 1881-1921), Oliveira Viana (1883 - 1951), Oswald de Andrade (1890-1954), Arthur Ramos (1903-1949) dentre outros. É inegável que as obras desses autores influenciaram e ainda influenciam a intelectualidade nacional.

De qualquer forma é por aqui que percebemos a influência alienígena dos positivistas orgânicos (evolucionistas) Karl Spencer (1890-1958) ou Auguste Comte (1798-1857), esse último considerado

[1] - Nos referimos ao período de 1831-1840, no qual o Brasil passou por revoltas políticas, as quais ressaltaram a grave crise política, social e econômica brasileira: Vejamos: (1) a Cabanagem (Pará, 1835-1840) - movimento popular que tomou o poder na província devido às péssimas condições de vida, (2) A Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845) - uma revolta conservadora separatista de elite (estancieiros) contra impostos altos e a centralização do poder, (3) a Revolta dos Malês (Bahia, 1835), uma insurreição de escravizados muçulmanos que defendiam a liberdade e a dignidade de viver em paz, (4) a Sabinada (Bahia, 1837-1838) - um movimento complexo de classe média que proclamou uma república temporária e (5) a Balaiada (Maranhão, 1838-1841) - uma revolta contra a elite oligárquica maranhense.

o pai do positivismo. Nesse terreno aparecem autores baseados em uma antropologia natural, na qual as relações humanas se configuram na natureza, em um estado de natureza imaginado e inexistente, digamos, uma abordagem biologizante e ingênua da vida. No final do século XIX tem ressonância as obras de Silvio Romero (1909, 1949, 1954, 1969), um dos inauguradores da Escola de Recife. Professor, intelectual, crítico literário, ensaísta e historiador se dedicou aos estudos em relação a cultura e a literatura no Brasil, também em relação aos negros, à língua e religiões africanas, numa clara tendência de corresponder aos pensadores europeus. Segundo o autor era necessário interpretar os significados da presença do negro na formação da sociedade brasileira. Partiu ele para a análise da literatura popular e das religiões. Defendeu que muito havia se perdido. O mesmo pensou em relação a associação do negro à ciência, ainda em construção no Brasil. Argumentou que a ciência perdeu a oportunidade de sair à frente e revelar genuinamente a formação da cultura brasileira. Por último, ainda apontou para as relações assimétricas, autoritárias e hierárquicas no Brasil, notadamente entre as relações dos lugares dos sujeitos e dos objetos. Os primeiros destinados aos salões nos quais os indígenas ganharam lugar quando se falava romanticamente em selvagens, animais e adaptação em ambientes hostis, outro lugar seria a cozinha, destinada aos negros e ao cruzamento desses com os brancos nativos. Os apelos no campo do direito, da literatura e da medicina de Sílvio Romero o levou a ser um expoente da teoria do branqueamento no Brasil. Em tese, a própria miscigenação faria o trabalho de misturar os povos originários, os brancos e os negros e, ao longo dos anos, a superioridade da etnia branca se faria presente.

Outro autor seguiu os passos de Silvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues (1935, 1939, 1982)[2]. Médico de formação, o mulato, o maranhense foi professor de medicina legal e fundador da famigerada “Escola Científica”, também conhecida por “Escola Baiana”. Aos poucos se destacou pelo profundo conhecimento das ideias de seu tempo, principalmente das pesquisas produzidas na Itália e na França. No campo da Antropologia elaborou trabalhos etnográficos contribuindo com o debate acerca da etnia negra, das religiões africanas como seus mitos, rituais e símbolos. Apesar de grande estudioso é praticamente consenso que se tratou de um pensador da cultura brasileira autoritário e desqualificador da biologia do negro e do mestiço o que largamente interferiu na construção da cidadania desses povos.

[2] - Raymundo Nina Rodrigues foi filho do coronel Francisco Solano Rodrigues e de dona Luísa Rosa Nina Rodrigues. Ambos eram considerados descendentes de uma família judaica. O casal foi perseguido nos territórios da Península Ibérica devido suas crenças religiosas. Fugiram para o para o Brasil. Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande, 4 de dezembro de 1862 e faleceu no dia 17 de julho de 1906. Ele se formou em medicina atuando como médico legista, psiquiatra, professor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Sua obra se caracterizou pelo eugenismo. Foi considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Ressaltou a inserção da etnia negra no Brasil, avaliando ser importante a pesquisa sobre as etnias africanas para o entendimento da formação racial e cultural da população brasileira. Uma obra de suma importância é *Os Africanos no Brasil* (1890-1905).

Nina Rodrigues, apesar de ser uma figura controversa, a qual atrai a ira de muitos intelectuais, é de longe um dos maiores estudiosos do pensamento racial no Brasil em seu tempo. Como tantos outros, estava preocupado com o atraso brasileiro em comparação ao avanço industrial de grandes nações. Não ao acaso foi influenciado pelo pensamento do italiano Cesare Lombroso (1835-1909) e sua "escola italiana" de antropologia criminal. Nesse campo, a raça era um elemento crucial de análise o que explicaria em muito a "debilidade, física e mental, da população brasileira e, finalmente, a sua debilidade cultural" (Corrêa, 2013, p. 145). Segundo sua concepção, nossa inferioridade residia no sincretismo e no acasalamento com a raça negra, em tempos de miscigenação cristalizada e já aceita por muitos intelectuais. Não ao acaso, apesar de ser mulato, Nina Rodrigues seguia como referencial privilegiado o evolucionismo de Arthur de Gobineau, autor de "Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças" (1853-1855) (Schwarcz, 1995). Além disso, se apegava ao denominado darwinismo social, escola contrária à poligenia, a qual, tal como Darwin, defendia que todos seres humanos descendiam de um único ser. Assim, privilegiavam uma única raça, a ariana (conceito meio impreciso na época). Essa escola teve impacto considerável na intelectualidade e na elite brasileira entre o final da escravidão e o início da I Guerra Mundial (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1995).

3 OS INTÉRPRETES DO BRASIL: QUATRO GRANDES OBRAS

3.1 OS SERTÕES

O darwinismo social influenciaria Euclides da Cunha, o qual acreditava que um dos problemas do Brasil era a mestiçagem. Ao presenciar a revolta de Canudos lamentou a devastação da natureza, o trato com a terra e a ecologia do lugar. Contudo, em leitura atenta, uma nova roupagem sobre o sertanejo encontramos em "Os Sertões". Obra escrita em um ambiente intelectual já influenciado pelas doutrinas cientificistas de cunho positivista e evolucionista. Euclides da Cunha nasceu no dia 20 de janeiro, na Fazenda Saudade, em Cantagalo, região serrana no vale do rio Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro. Morreu em 15 de agosto de 1909. Sua base intelectual eugênica se desenvolveu a partir dos seus estudos na Escola Militar de perfil francês da Praia Vermelha onde estudou engenharia, química orgânica, mineralogia, geologia, botânica, arquitetura civil e militar, desenho topográfico, astronomia, administração militar, tática e estratégia, história militar e matemática. Em seus estudos são claras as bases genéricas sobre Spencer, Comte, Ernst Haeckel e Darwin. Depois de formado teve contato com os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro - 1816- 1878), Orville Adalbert Derby (1851–1915), Henri Charles Morize (1860 – 1930), Joaquim Monteiro Caminhoá (1820-1896), Silvio Romero (1851-1914), Capistrano de Abreu (1853-1927), Teodoro Sampaio (1855- 1937), Saint-Hilaire (1799- 1853) dentre outros.

Em “Os Sertões”, livro quase todo escrito em São José do Rio Pardo, encontramos uma obra de vocabulário incomum, assuntos áridos, temas científicos, descrições densas, percepções, teorias e uma etnografia de uma chacina violenta, cruel e desnecessária. A cada leitura de “Os Sertões” descobrimos várias e novas informações que passaram despercebidas na análise anterior. O livro foi editado por diversas editoras e utilizamos aqui a edição do Círculo do Livro. Escritor ousado e cuidadoso, às primeiras letras nos parece que o autor nos prepara para a leitura e entendimento do grande enredo que se aproxima, tanto que se destaca como uma das mais belas narrativas onde estão imbricados elementos geográficos, o tempo, as temporalidades, a terra, as variações do sol, o inverno, o céu, a seca e a bonança. Não ao acaso sua obra se divide em três grandes partes: (1) “A Terra”, (2) “O Homem” e (3) “A Luta”. Na primeira parte, Euclides da Cunha se revela atento ao sertão da Bahia, notadamente o planalto central onde observa detalhes do cenário, no qual a natureza se apresenta em constante mutação (dia e noite), córregos e rios secam, nascem novamente e transbordam, tempestades que se formam em paraíso vegetal - outrora solidificado pela seca - dando lugar, logo em seguida, à flora tropical e à fauna. Percebe ele as ondulações (colinas suaves) das montanhas baixas, limitadas pelo Rio São Francisco ao norte e pela bacia do Rio Itapicuru ao sul. É nesse sertão, de solo muito seco (zona de clima semiárido), sem umidade, estéril, baixa pluviosidade e vegetação adaptada à falta de umidade (caatinga), onde predominam elevadas temperaturas, secas e um clima hostil que o autor diz ser um mar que há tempos poderia ter existido naquele lugar devido a presença da areia fina encontrada em grandes dimensões. Euclides percebe que o clima do sertão é instável: dias tórridos e muito quentes, por vezes intoleráveis, se abre como flor em noites geladas e agradáveis. Durante o dia o ar é seco e invade as narinas como fogo. A secura aumenta a sede e o corpo, próximo à desidratação, demora em sua adaptação.

Sobre a flora da região Euclides da Cunha nos leva a compreender que se trata de uma caatinga, cuja vegetação é resistente e suporta as condições objetivas do sertão. São plantas pequenas e médias, com árvores e arbustos espinhosos, de cheiro forte e, muitas vezes funcionando como reservatórios de água, adaptadas ao terreno e à seca. Descrições poéticas e detalhadas revelam uma vegetação apresentada como uma “floresta invertida” ou “subterrânea”, na qual grandes, pequenas e fortes raízes são responsáveis pela manutenção e sobrevivência de tudo aquilo que vemos sobreviver na parte aérea perante ao sol escaldante. Dentre muitas vegetações se destacam cactos, gravatás, caroás ananases bravos, catingueiras**,** alecrins do tabuleiro, canudos de pito, juazeiros e as favelas. Também são observadas caesalpinas, xique-xique, umbuzeiro (“árvore sagrada do sertão”), Aroeira, Baraúna, Mandacaru**,** Angico, Carnaúba, Imburana de cheiro, facheiro e bromélias. Na “tormenta” o sertão ressurge com a flora, com seu verde, suas flores exuberantes à beira das cacimbas. Ressurge a fauna:

catitus (queixadas), onças, ratos (como o mocó), preás, seriemas, tatus, cobras (como a Cascavel), sericoias, suçuaranas, araras, emas, carcarás, urubus, etc.

A segunda parte da obra de Euclides da Cunha é repleta de paradoxos outrora descritos em sua biografia ou mesmo outras obras do autor (Cunha, 2000). A essa parte, intitulada O Homem, encontramos a descrição de personagens, protagonistas e coadjuvantes. Em tela os jagunços, sertanejos, vaqueiros e o Conselheiro. Longe de ser um grupo isolado no sertão Euclides da Cunha os compreende como tal e acredita que o meio lhes causa a estagnação cultural. No entanto, aos poucos "o homem" vai se apresentando com suas tradições, danças, rituais, desafios e sua religião mestiça. É aqui que podemos dizer que ele se refere à formação de uma cultura brasileira nacional, resultante dos cruzamentos entre o indígena, o negro e o português. Três raças, inseridas em um bioma específico, resultado da confluência geográfica, ecológica, hidrológica e climática. O resultado de todo esse bioma traça um momento histórico e único da mestiçagem do Brasil configurando a formação brasileira do Norte, tendo a figura do mulato, mameluco, cafuzo como o ser predominante na terra quente e seca. Mais que isso, seres, outrora, diminuídos e desprezados, resultante de culturas, crenças e crendices provenientes dos lugares de origem. A miscigenação aparece com toda sua força. Os negros, de diversas etnias africanas, chegavam para o trabalho nos canaviais da costa brasileira. Os portugueses e os povos originários se multiplicaram-se no sertão, pois os gentios se refugiavam no agreste do interior, contrários ao entendimento do trabalho com recortes ocidentais. Para isso, Euclides observou o povoamento das regiões banhadas pelo Rio São Francisco. Rio importante naquela região que aparece na obra como a natureza que provoca a unidade nacional e a integração dos povos. Com águas fortes e, por vezes, fracas ele atravessa a aridez do sertão fornecendo água potável e as condições necessárias para uma área fértil garantindo a vida para o sertanejo. É o "rio da salvação" da região.

No período das secas, apesar de dramático, Euclides descreve desde a influência de marchas solares até o peculiar regime dos ventos. Ventos quentes durante o dia e fortes ao anoitecer que levantavam poeiras e sujavam as roupas e os corpos daqueles que viviam naquele lugar. As cidades próximas a Canudos são originárias de missões e aldeamento de índios como atestam as nomenclaturas indígenas, tais como Panibu, Patamoté, Uauá, Bendegó, Cumbe, Corocobó, Umburanos, Mirandela (área associada aos índios Kiriri), Caimbés (região de presença indígena Caimbé), Kantaruré, Uauá, Itapecuru e Jeremoabo. Como se sabe, até os dias de hoje não existem registros fidedignos do montante de indígenas que viveram na região. Contudo, é na dificuldade e na capacidade de resiliência dos indivíduos no local que Euclides percebeu o resultado das misturas de "raças" e destaca com ousadia:

> O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral. A sua aparência, entretanto, (...) revela o contrário. (...) É desengonçado, torto. (...) Reflete a

> preguiça invencível, (...). Basta o aparecimento de qualquer incidente (...) transfigura-se. (...) reponta (...) um titã acobreado e potente (...) de força e agilidade extraordinárias. Veste-se de couro, protegendo-se dos espinhos da caatinga. É vaqueiro. Sua cultura respeita antiquíssimas tradições. Torna-se um retirante, impulso pela seca cíclica, mas retorna sempre ao sertão (Cunha, 1979, p. 91).

Na terceira parte do livro, o autor narra a saga do catolicismo popular e tradicional que acabou por dar vida ao viajante Antônio Conselheiro[3], um sujeito simples que absorveu as crenças, os valores, os ritos e os símbolos do seu meio. Religioso e carismático, logo encontrou seguidores de características heterogêneas, os quais acreditavam na certeza da salvação no céu, principalmente se fossem mortos em combate. A salvação residia na possibilidade de uma vida melhor e mais humana. A crença no sagrado os envolveu desde o início. Antônio Conselheiro (o Peregrino) impressionava os sertanejos: alto e magro, barba e cabelos desgrenhados e longos, túnica de brim americano azul, com uma corda na cintura, sandálias, alforje e chapéu de couro, ele pregava nos povoados uma doutrina repleta de fé, a qual se misturavam rezas e conteúdo da catequese cristã. Pregava com entusiasmo sobre o fim do mundo, a preparação para a morte e a penitência constante no intuito da libertação da alma. A multidão o seguia sem que ele precisasse de muitos esforços ou de convocação. O clero o tolerava e inicialmente o procurava deixando-o pregar até mesmo contra a República, a qual interveio em áreas regidas pela tradição e reservadas à religião católica. Muitos entenderam que as investidas de Conselheiro foram aumentando contra a Igreja e, principalmente contra a República, já uma trincheira das elites no Brasil. A Igreja, logo se afastou e as elites "republicanas" acharam, por melhor, entendê-lo como problema.

Ao chegar em Canudos, em 1893, em uma fazenda abandonada às margens do Rio Vaza-Barris encontrou "o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito" (...). "O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas", sem ordem, sem ruas: um verdadeiro labirinto, com pequenas casas de pau-a-pique, habitadas por uma população multiforme, de sertanejos fugindo da extrema miséria e do domínio violento dos coronéis (latifundiários), ex-escravizados, mestiços, jagunços, beatas, pequenos proprietários agricultores que abandonavam tudo em busca da salvação e por "bandidos" que respeitavam as regras. Rodeado de um povo de cultura peculiar Euclides descreveu, por último, as quatro expedições para a destruição total do vilarejo.

[3] - Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, nasceu no dia 13 de março de 1830, na pequena cidade denominada Quixeramobim no Estado do Ceará. Era filho do comerciante Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina de Jesus. Sua mãe faleceu quando o Conselheiro tinha somente 6 anos de idade. A morte do seu pai veio quando possuía 27 anos. Naquele período o jovem liderou os negócios da família que sustentava com mais quatro irmãs. Estudioso, Antônio teve uma ótima educação que adquiriu em uma escola na fazenda. Escola onde atuaria como professor, antes de se tornar escrivão de um cartório. Antônio casou-se com Brasiliana Laurentina de Lima em 1857. O casal enfrentou muitos problemas, tanto conjugais como financeiros, o que resultou na desistência de a Brasiliana. Após o abandono, o romântico Maciel, iniciou peregrinações pelos sertões do Nordeste e era visto em construções de casas, igrejas e cemitérios.

A guerra foi covarde e genocida desde o início. A primeira expedição, desenvolvida no ano de 1896, foi enviada mesmo antes do estabelecimento de qualquer rebeldia. O Pelegrino havia adquirido uma remessa de madeiras - "que não podiam fornecer-lhe as caatingas paupérrima de Canudos (Cunha, 1979, p. 166) - na cidade de Juazeiro para "o remate" de uma igreja. Apesar do pagamento a encomenda não foi entregue no dia combinado. Os rumores de que os jagunços e sertanejos iam invadir Juazeiro chegou às autoridades estatais da Bahia. O governador, sem demora, solicitou ao Exército uma expedição, liberada com cerca de140 praças para esperar os seguidores de Conselheiro. No entanto, aquele pequeno exército (praticamente o 9º Batalhão de Infantaria) foi estranhado por jagunços e sertanejos na Vila de Uauá. Nesse local, muitos sertanejos haviam deixado suas casas, dado que eram simpáticos ao Conselheiro. Outros se juntaram aos jagunços em meio às rezas, à bandeira do Divino rodeada por sertanejos, cantos, rosários de coco, imagens de santos e palmas ressequidas retiradas de altares (Cunha, 1979, p. 170). A multidão com cerca de 3 mil pessoas possuía como força os Jjgunços - resistentes, conhecedores de armas e dos caminhos na região - carregando foices, paus, machados, velhas espingardas e chuços de vaqueiros. O conflito aberto naquele terreno do sertão matou 150 sertanejos, muitos chacinados por armas que disparavam em série (garruchas e revólveres de fácil munição). Uma boa parte daquela multidão foi se dispersando em meio à caatinga e, "ao longe, desapareceu, listrando uma ponta das caatingas, a bandeira sagrada que reconduziam a Canudos (Cunha, 1973, p. 173). O exército, aterrorizado, cansado e desgastado, retornou ao seu destino com 10 mortos (um alferes, um sargento, seis praças, dois guias) e 16 feridos. O conflito vencido, mas perdido em sua vergonha política e amedrontada, foi compreendido como vingança, dado que aos habitantes de Canudos se reuniram milhares de sertanejos melancólicos e bravos. A força de morte das forças estatais abriu o ciclo para mais três expedições.

Da segunda expedição em diante, com o corte de água e o uso da "artilharia" avançada, o povo foi sucumbindo aos poucos e, no ano de 1897 o Exército avançou com a quarta e mais violenta expedição. O cerco havia ganhado peso de muitos soldados agrupados nos batalhões de infantaria e de artilharia enviados por todos os Estados: Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Sergipe, Pernambuco, Ceará, o Regimento de artilharia da Capital Federal e a infantaria do próprio Exército da Bahia. Cerca de 10 mil homens fardados eram observados ao longo das colinas próximas das cercanias de Canudos. Após dias de combate os sertanejos estavam deteriorados, cansados, muitos doentes, passando fome e sede. O covarde cerco não poupava crianças, mulheres e idosos. Os ataques militares - no início de outubro - utilizando ostensivamente o canhão Krupp (com projéteis de 60mm), o canhão inglês Withworth 32 (a matadeira), granadas e dinamites, se davam nas manhãs, tardes e noites, destruindo aos poucos as trincheiras feitas pelos jagunços e,

mais tarde, a derrubada dos muros que ainda resistiam. Euclides argumentou sobre 300 prisioneiros que se renderam e, muitos outros que foram fuzilados e degolados ali mesmo no sertão. No início do mês já mencionado, também foram mortos em batalha os últimos defensores de Canudos. A desesperança invadiu a paisagem do Grajaú onde fincou-se as casas e as igrejas de Antônio Conselheiro. As casas, a maioria destruída e queimada foram contadas em meio a trincheira de cadáveres (6 ou 8 corpos uns sobre outros) e ataques esporádicos de jagunços que se deixavam morrer ante soldados sedentos de dolo. Estudiosos afirmam que "o número de mortos no arraial é desconhecido – a estimativa vai de 5.500 pessoas (segundo registro do tenente Marcelo Soares) até 26 mil, cálculo baseado na média de cinco pessoas para cada uma das 5.200 casas do povoado" (Moita, 2014) Entre as forças estatais mais de 4 mil praças e oficiais. Em meios aos boatos, um prisioneiro entregou onde estava o corpo do Pelegrino, o qual, tomado pela desinteria deixou a vida sob os ataques da quarta expedição. Havia sido enterrado no Santuário de Canudos, um lugar feito pela fé e força daqueles sertanejos mortos sem culpa. "Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa - único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! - faziam-se mister os máximos resguardos para que não se desarticulasse ou deformasse (...) fotografaram-no depois" (Cunha, 1979, p. 434). Mas não demorou para que resolvessem cortar sua cabeça e deixar a face "horrenda", "empastada de escaras e de sânie". O crânio de Antônio Conselheiro foi levado para o litoral, Salvador. Novamente foi revelado como prêmio e certeza do término de Canudos. O crânio - que fez delirar multidões - foi entregue depois para a "ciência" legitimar a última palavra. Na Faculdade de Medicina de Salvador, Nina Rodrigues o recebeu sob o preconceito de se tratar do crânio de um degenerado devido sua condição de mestiço e "fanático" religioso. Dado às observações craniométricas, patológicas e observações racistas, Nina Rodrigues chegou à conclusão que tudo se encontrava em perfeita normalidade.

É importante, em conclusão, ressaltar que a obra, "Os sertões", de Euclides da Cunha não se limita a descrever em detalhes aspectos geográficos, geológicos, climáticos bem como a flora e a fauna do sertão nordestino. A parte "O homem" não se limita à miscigenação resultado de uma "mistura" entre etnias inferiores. Aos poucos o autor vai se rendendo e não defende aquele homem instável ou hostil, diferente daqueles que vieram dos países colonizadores ou que residiam no litoral. A influência do cientificismo não se adequa à resistência física e às relações de sobrevivência com o bioma seco e hostil. Não durou muito a visão de um ser humano limitado, distante da civilização e resistente ao trabalho duro em sol aberto. Euclides oscila em admiração, crítica e respeito à resistência física do homem sertanejo, mesmo sendo ele condenado à precariedade social, econômica e relacional. Realmente o sertanejo era um forte, apesar de esquálido e de se aparentar como sub-raça em uma viagem de pensamento pró-civilização ocidental. O autor não se livra dos paradoxos em sua descrição,

especialmente no transcorrer da guerra, no qual apostava na pouca resistência e rápida deterioração daqueles sertanejos miscigenados e ainda em mistura com os denominados povos originários. O próprio Euclides aponta a fortaleza de caráter, a resistência em um bioma hostil e a adaptação visceral de um povo que forjava sua própria cultura mesmo distinta das outras regiões do Brasil. Naquele lugar, o autor nos oferece uma forte descrição da situação de um povo que, nos acontecimentos em meio a muitas barbaridades em Canudos, tornou-se uma experiência única, um laboratório de relações de solidariedade, respeito e mobilização social. Apesar de sua abordagem eugênica, Euclides encontrou um povo ciente de suas peculiaridades, os quais viviam e encontravam na terra e nas condições objetivas de vida do sertão formas outras de viver no Brasil. Um país marcado pelas desigualdades e exclusão de grandes populações. O latifúndio era norma e a monocultura se expandia em uma conjuntura social marcada pela diferença que, "apesar da miscigenação" e da união de etnias ainda resistia. Não foram os atávicos, os bárbaros e os degradados que construíram Canudos. O sertanejo se organizava, dividia poder e eram capazes da manutenção do lugar, inclusive da sua segurança. Euclides não reduz a capacidade de organização do sertanejo. Ele lamenta desde o primeiro conflito a covardia, a matança daquele povo que, apesar de "fanáticos", desacreditavam dos rumos trilhados pela República. Aos habitantes de Canudos interessava uma outra civilização, com moradia, sobrevivência garantida e distante de humilhações. Se o povo não era letrado ou fanático é perceptível certo relativismo na obra de Euclides, dado sua ternura diante da morte de muitos e destruição de um lugar construído em meio à caatinga, muito sol e favelas fechadas em colinas e morros. Euclides não deixou de percorrer paradoxos, visões lendárias e falsas crendices ou vitórias cantadas pelo sertanejo. Ele encontrou a barbárie do Exército comandando por uma república de elites falaciosas, não somente latifundiárias, outrora proprietária de escravos e naquele momento de agregados humanos submissos ao jogo político e, por ressonância das relações humanas forjadas no sertão. Conselheiro, não era somente a cristalização do homem forte e do bom sertanejo que preservou a uma outra civilização. Euclides encontrou homens e mulheres preocupados com os semelhantes e capazes de ir às últimas consequências por uma vida digna. Inexistia o rendimento e, não ao acaso, Canudos foi destruída. O crescimento da religiosidade popular, esquecida pela igreja, encontrou fiéis honestos e corajosos. Gente trabalhadora, muitos fugitivos do poder oligárquico onde a preguiça inexistia nas construções de casas, igrejas, santuários e cemitérios. Os sertanejos e jagunços lutaram até o esgotamento da possibilidade de resistência: se deixaram morrer, dizendo de outra forma. Se muitos falaram de heroísmo, Euclides ressalta o melancólico fim, já esperado após a segunda expedição. Sem a possibilidade de uma vida digna, sertanejos e jagunços optaram pela luta e a morte, tal como vemos a cultura brasileira resistir mesmo com o avanço de tecnologias alienígenas e discursos e representações

fascistas já presentes nas décadas de 1930 e 1940. A luta era contra a submissão, a espoliação e a sujeição às oligarquias que ganharam lugar tanto no campo jurídico, como no social e econômico. E não havia espaço para dizer da presença de um povo deteriorado, atávico e teimoso. Inexistia a teimosia, tanto que "Beatinho", um dos seguidores de Conselheiro, conseguiu negociar a rendição em massa de um grande número de pessoas. Não eram traidores, mas sim sobreviventes por seguirem um homem de coerência incapaz de colocar em xeque a república.

3.2 A CASA GRANDE E A SENZALA

Em prefácio conhecido em "Raízes do Brasil" de Sérgio Buarque de Holanda, o professor Antônio Candido (1995) ressaltou a importância dos intérpretes do pensamento nacional brasileiro pós 1930. Dentre eles, chamou atenção para a grande força dos livros de Gilberto Freyre, "Casa Grande e Senzala", "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda e "Formação do Brasil Contemporâneo" de Caio Prado Júnior. Para ele, são esses autores a chave inicial para entender "o sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado (Cândido, 1995, p. 09). É na obra desses que se observa a passagem do rural ao urbano, o crescimento da população brasileira, a diferença entre as regiões, as "manifestações culturais brasileiras", críticas ao "feudalismo brasileiro", à escravidão, à economia manufatureira" ou mesmo à "família patriarcal". Também podemos hoje, mesmo antes ou depois de 50 anos, observar o muro dos "revisionistas" prontos a lançar pedras sem os devidos ajustes das condições conjunturais da política, da economia e da sociedade no período em que os autores e intérpretes da cultura brasileira escreveram (Souza, 2000, 2017). Mas são naqueles intérpretes, ressaltados por Antônio Cândido, que observamos a denúncia e os estudos referentes ao atraso brasileiro devido às elites que firmaram o poder pelas oligarquias, às quais deram ressonância ao preconceito social e econômico, à exclusão, à desigualdade social, ao atraso brasileiro, à (des)valorização dos indígenas, dos negros e dos brancos livres, bem como críticas à sociedade racista, à violência cotidiana, as relações de equilíbrio híbrido e aos enredos decorrentes da conjuntura de cada região.

Não ao acaso, segundo Cândido (1995), a tríade em questão foi criticada pelo movimento integralista, principalmente pelos mais jovens que entraram na canoa furada fascista defendendo a manutenção do poder das elites brasileiras e internacionais. De todo modo, é importante frisar que Antônio Candido aponta para a particularidade do pensamento dos autores que, apesar das divergências e paradoxos, lançaram as bases mais importantes para o entendimento da cultura brasileira. No objetivo que nos importa, além da interpretação da cultura brasileira pelos autores considerados clássicos como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior é bom lembrar a

presença marcante de outros autores como Alberto Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Antônio Cândido dentre outros. Alguns criaram critérios de análise sob o ponto de vista culturalista, outros caminharam pelo marxismo e outros por linhas liberais. Ao contrário de hoje, em que artigos e livros são projetados como obras primas, que não passam de paráfrases, são inegáveis a importância e o grande trabalho de caráter antropológico cultural de Gilberto Freyre. Sua obra de destaque inicial é composta por três importantes contribuições: "Casa Grande e Senzala" (1933), "Sobrados & Mucambos" (1936) e "Ordem e Progresso" (1957): um conjunto de introdução a história da sociedade patriarcal. Devemos a Freyre análises e descrições profundas sobre a economia escravocrata, a manutenção da manufatura e o desenvolvimento do complexo agrário industrial do açúcar baseado no latifúndio. Também sobre o debate político sobre a centralização administrativa no Brasil, alternâncias de poder dos grupos oligárquicos, debates acerca da miscigenação, a integração dos negros na sociedade, análises sobre a cultura portuguesa e indígena, a formação da cultura híbrida e do equilíbrio de antagonismos que sustentavam a estrutura social brasileira. Todavia, sua preocupação fundamental era saber, quem era o povo brasileiro? Existe uma unidade nacional? Uma cultura brasileira? Em que medida cumpríamos a exigências da civilização ocidental? (Bastos, 2002)

Bom lembrar que o autor nasceu em Recife (Pernambuco) no dia 15 de março de 1.900 e faleceu na mesma cidade no dia 18 de julho de 1987. Sofreu influências de importantes pesquisadores quando estudou nos Estados Unidos, na Europa, em Colúmbia e Oxford. Na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, conheceu o antropólogo Franz Boas, sua principal referência intelectual, que o possibilitou logo depois a rejeitar o determinismo biológico (a categoria raça como determinante da cultura) e a incorporar a concepção do relativismo cultural**,** onde o pernambucano passou a valorizar as etnias em solo brasileiro, longe das ideias da época que defendiam a mestiçagem como degeneração. Na leitura da obra "Casa Grande e Senzala" percebemos a análise de Gilberto Freyre fundamentando a sociedade brasileira soba a articulação de três elementos: (1) o patriarcado, (2) a interpenetração de etnias e culturas (3) e o trópico / formação nacional. Nesse caminho, o antropólogo pernambucano se esforçou por recuperar os usos e costumes do povo, objetivando encontrar as raízes culturais e a relação com grupos formadores da cultura brasileira. Daí resultava o seu empenho em compreender a diferença entre raça e cultura, os efeitos da miscigenação, os caminhos abertos e fechados pela monocultura do açúcar e a escassez de mulheres brancas. Decorre dessa análise o entendimento da cultura brasileira relacionando a etnia nativa, o português colonizador e o negro escravo, também a descrição do modelo econômico então vigente: a dominação do outro pela escravidão e a submissão assentada em uma cultura sádica, masoquista e patriarcal. Não ao acaso, Freyre afirma que o português se adaptou rapidamente aos trópicos e, na ganância por terra e vida flexível, confirmou a "sifilização", uma

metáfora (mais esclarecedora impossível) do poder viril do português como colonizador, o qual não deixou de utilizar o sexo como mola propulsora de domínio e exploração de território. Gilberto Freyre, ao contrário de muitos, entendeu a cultura brasileira como híbrida e ressaltou a plasticidade dessa cultura como forma superior e avançada de construção de uma nova etnia. Nesse sentido, não havia problemas na miscigenação, mas muitos eram os obstáculos para incluir esse povo à teia relacional existente, marcada pela exclusão, a desigualdade social e a violência proveniente da escravidão. Essa crença, entendida como utópica por importantes intérpretes, selaria ao longo do tempo um acordo tácito entre senhores e excluídos apontando para uma democracia social e racial (Araújo, 1994). No entanto, muitas de suas ideias não vigoraram tamanha a força dos portugueses em sua colonização, das elites "republicanas, que impuseram formas europeias de sociabilidade à vida nacional.

Para ele, o Brasil se organizou civilmente apenas em 1532, na medida em que alterou o caráter exclusivamente mercantil da colonização portuguesa e se estabeleceu no Brasil um caráter de exploração de raiz agrícola. Indígenas, brancos e negros marcaram o desenvolvimento da concepção de civilização europeia e Freyre observou nessa manifestação o caráter do poder português que, assentado em armas e violência, flexibilizou as relações humanas aproveitando de sua plasticidade, miscibilidade e aclimatabilidade. Dessa conjuntura não é ao acaso que a riqueza se concentrou no domínio particular da família, fator também de colonização e, talvez, mais importante que o próprio Estado. O poder familiar, o qual observamos nos dias de hoje, assume as funções econômicas e políticas e se desdobra na composição das oligarquias e, por ressonância, das relações de nepotismo e fisiologismo. Sem dizer da espoliação e da exploração do trabalho escravo e depois dos trabalhadores imigrantes oriundos da Europa. Para Freyre, o óleo das engrenagens em ferrugem foi o da religião, principalmente do catolicismo primitivo dos jesuítas que logo trataram de modificar o imaginário religioso dos povos nativos.

Se a religião garantiu a "confraternização" entre indígenas, negros e brancos, ainda era de se esperar a emergência de conflitos e paradoxos provenientes de uma sociedade em desenvolvimento. De acordo com Freyre, as etnias se acomodaram, na "riqueza dos antagonismos equilibrados" latentes desde a colonização, os quais poucos foram manifestos com a Proclamação da República. Um acordo tácito que, em tempos de desconforto e conflito eclodiam em manifestações de revolta e polarização. A cultura híbrida brasileira tem respondido com harmonia e controle social, notadamente daqueles que são vulnerabilizados socialmente. As críticas e os acordos em torno da obra de Gilberto Freyre podem ter seus fundamentos, mas não fora de seu tempo de escritor jovem e influenciado por novas ideias. A questão é complexa quando a crítica se reduz à fala crua, o aspecto manso da escrita literária e a redução de sua análise em uma economia açucareira que não resiste ao segundo livro de sua tríade. Muitos

falam e escrevem, mas poucos tem a dimensão do pensamento do autor que, obviamente, não daria conta de analisar todas as variantes culturais no contexto do nordeste brasileiro (Araújo, 1994). Por esse caminho, Freyre também tem sofrido críticas de outros intérpretes mais jovens que também praticam o esquema da acusação nesse cenário de inquisição teórica no Brasil em um "mundo pós-verdade", pós-moderno e de terceiro mundo com olhos em seus próprios algozes. Alguns autores fogem desse enredo como Darcy Ribeiro (2006) e Roberto DaMatta (1991). De todo modo, a linha do equilíbrio tácito e negociado por tempos permaneceu. Perdeu-se o tupi, a língua portuguesa se firmou como a de padrão nacional e o racismo está mais do que evidente. Tal como ele, o preconceito, a exclusão e a desigualdade social.

3.3 AS RAÍZES DO BRASIL

Em 1936 foi publicada a obra "Raízes do Brasil". Um ensaio escrito em período difícil da República e que hoje recebe as críticas dos revisionistas sem percebê-lo por completo. O livro, em comparação aos "Os Sertões" e "Casa Grande e Senzala" é curto, mas traz um estilo próprio, com análises objetivas e resultantes das conjunturas objetivas da política no Brasil e no exterior. Uma análise contundente:

> A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, e, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar a perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo e que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros (Holanda, 1995, p. 31).

Boas palavras em tempos nos quais o Brasil se esforçava por "escapar" do preconceito, das teorias racistas e eugênicas. Não somos como os de lá, os seres humanos oriundos do que chamaram de "civilização ocidental". Somos diferentes e ainda não tão modernos. Não é por acaso que o livro ainda chama atenção dos intelectuais. Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 11 de julho de 1902 e faleceu no mesmo lugar em 24 de abril de 1982. Sua obra identifica na colonização da América traços idênticos da Península Ibérica (Espanha e Portugal), os quais, herdados e impostos no processo de colonização caracterizou muitos traços da cultura brasileira. Um deles é o tradicional "personalismo" das relações, lugar de onde se configura a frouxidão das instituições (fato claramente identificado nos dias de hoje) e a falta de coesão social (talvez aqui possamos ver bem a polarização,

clara em tempos pós-governo de ultra direita). Segundo ele: “estes traços, considerados defeitos do nosso tempo, existiam desde sempre, não tem sentido mencionarmos sobre um passado hipoteticamente mais ordenado”. Dito de outra forma, carregamos o mesmo mal-estar em um Brasil que não se sustenta através de suas instituições, pelo império da lei e da transparência do que é público. O personalismo é o pai, senão o protótipo perfeito do que vemos nos dias da política de hoje, como é o caso do nepotismo, do fisiologismo ou das tentativas de vários partidos em capturar cargos em instituições públicas tratando-as como propriedades privadas.

Outras características seriam a ausência entre nós do princípio da hierarquia e da exaltação do prestigio pessoal assentado em privilégios. Os que não possuíam raízes de elites desgovernadas portuguesas, penaram ante o privilégio de ser filho dos donos do engenho que - endinheirados - não sem a presença do Estado - se transformaram em privilegiados sem méritos e alimentadores de heranças de grandes famílias oligarcas. Nesse caminho, o autor adverte sobre a repulsa pelo trabalho duro e espoliador, bem como das atividades regulares decorrendo a falta de organização administrativa e econômica. O povo ibérico não carrega em sua cultura a renúncia das vaidades e confortos, próprios de outros colonizadores como a França, sempre atentos aos benefícios do grupo (do coletivo) ou dos princípios da terra nativa. A consequência da colonização predatória foi a configuração de personalidades sem ação e que apostam na “cega obediência”, dado que “para aqueles que não concebem vínculos de disciplina consentidos” é óbvio esperar diante de uma necessidade a ser executada.

Para Sérgio Buarque de Holanda sofremos a influência e incorporamos - apesar de claras rejeições – manifestações culturais próprias dos nossos colonizadores. Não somos avessos, mas resistimos à “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens”, traços claros também peculiares aos povos ibéricos. Contudo, no Brasil se forjou uma narrativa de que a cultura brasileira renega a anarquia e a desordem, apesar das várias conspirações e revoltas que aconteceram antes e após a proclamação da república. Pontos importantes da obra estão nos capítulos “O Homem Cordial” e “Novos Tempos”. O sociólogo e historiador paulista ressalta que nosso panorama cultural e a ampliação do círculo familiar se estendeu às relações econômicas e políticas. Desse fato resultou nosso cunho particularista que se estende à vida social no intuito de agregar e formar relações proveitosas para aqueles já endinheirados como diz Jessé de Souza (2017), mas bastante desconcertante para aqueles que nada tinham, os humilhados do Brasil (Souza, 2022).[4]

[4] - Nessa obra, Jessé de Souza faz críticas a alguns intérpretes do Brasil e reclama de uma “base elitista do pensamento social brasileiro” a qual se aproveitou em culpar o povo pela inferioridade e descuido com as coisas do Estado. A leitura é dura, mas não é passível de total concordância. No plano simbólico não observamos esse problema em autores como Sérgio

A presente análise em Holanda (1995) aponta para os conflitos que prevalecem entre as bases muito sólidas, "onde predomina a família de tipo patriarcal - tende a ser precária a luta contra as fortes restrições à formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais" (Holanda, 1995, p. 144). Tratava-se de dividir, distinguir culturas, meios e formas da nascente e desenvolvida sociedade moderna (cultura moderna e urbana), já com famílias sem história, heranças e capital simbólico. Em relação às famílias tradicionais, temos de acordo com o historiador:

> Graças aos estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos (1827) de São Paulo e Olinda se formam os homens públicos, agora capazes de "viver por si", libertando-se do vínculo caseiro (...). Há um contraste às exigências do meio patriarcal. A sociedade de homens livres traz a responsabilidade (Por isso que Joaquim Nabuco diz "em nossa política e em nossa sociedade (...) são os órfãos, os abandonados que vencem a luta, sobem e governam" (Holanda, 1995, p. 104).
> No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais forca e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar - a esfera, por excelência dos chamados "contatos primários", dos laços de sangue e de coração - está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (Holanda, 1995, p. 146).

Como podemos notar, os filhos das elites liberais abraçados ao mito do mérito, encontraram por aqui uma conjuntura favorável para sujeitar o outro alcançando sem muitos esforços o poder das oligarquias. Outros autores fazem outras leituras, mas diante do poder político vigente era fácil aos detentores das posições públicas, formados em contextos familiares patriarcais, não levarem em consideração a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado.

> No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (Holanda, 1995, p. 145).

A explicação do autor se desenvolve com base nas teorias de Max Weber (1864-1920). Holanda (1995) revela a diferença entre o "funcionário patrimonial" e o "puro burocrata". Segundo ele o Brasil ao longo de sua história foi dominado por vontades particulares e patriarcais que se desenvolveram em

Buarque, tampouco em Florestan Fernandes. Porém, é possível as elites econômicas e políticas se apropriarem das ideias do pensamento cultural no Brasil para aumentar lucros e espaços de exploração.

"círculos fechados" e pouco acessíveis, numa ordenação onde prevalece a sociabilidade de cunho pessoal. Só excepcionalmente verificou-se minorias que tendessem para manifestações coletivas ou objetivos com base no que Weber chamou de "dominação racional". O autor verifica que "o funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos, mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois" (Holanda, 1995, p. 106). Em outras palavras, sempre tivemos distante da dominação racional, mas não pela população, ainda iletrada e tampouco cidadã, mas pelas elites que souberam se entrincheirar e permanecer no poder. Em suas palavras:

> Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, e compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autentica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (Holanda, 1995, p. 61).

Não ao acaso o historiador paulista apontou que seríamos a civilização da cordialidade, daríamos ao mundo o "homem cordial", um sujeito com "a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal" (Holanda, 1995, 146 - 147). A leitura do autor é travestida de equívoco nesse caso. Realmente a opinião pública daquele período acreditou nessas poucas linhas e se aventurou em dizer que a cordialidade e a empatia ao próximo ("viver nos outros") constituía nossa marca de nascença. Ledo engano, esqueceram de comentar que, logo a seguir, o autor vaticina que:

> Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legitimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo - ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (Holanda, 1995, p. 147).

O autor nas palavras acima disseca a ofensa gratuita, o preconceito, a indiferença, em si ou o descaso quando se ultrapassa o espaço ou o lugar reservado a alguns. Essa é a face dura da cultura brasileira, resultado de uma sociedade cindida desde o "achamento" até as transformações das hierarquias latentes e manifestas que aparecem ainda nos tempos hodiernos como verdadeiros campos

simbólicos de exclusão, no qual, os outros, notadamente pobres, indígenas, sertanejos, negros e indesejáveis são alijados do processo de inclusão.

Curiosamente nossa cultura não aparenta essa conjuntura "o tempo todo". Nos relacionamos em coletivos urbanos, jogos de futebol, shows, ações políticas, religiosas, escolares, rituais de passagem e de lazer. Em certos lugares, especialmente em sociedades menos complexas, essas diferenças passam despercebidas sobre o manto da bondade, do encontro na igreja, hospitais, em escolas, no campo da troca e da dádiva. Mais que isso, surge a ideia que "fazemos parte de uma mesma família" cuja vítima especial é simbolicamente cristalizada na empregada doméstica. Todavia, por vários motivos o muro cai, uma fala desmonta o alicerce entre as pessoas ou a crítica digna de se fazer transformam as relações em verdadeiros julgamentos e não tarda para "os grupos de iguais" ficarem do mesmo lado.

> Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social e, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência - e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mimica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções (Holanda, 1995, p. 147).

A realidade é a vida no campo das aparências. Não suportamos culturalmente a impessoalidade, o direito e as leis. Tendemos sempre a uma "padronização das formas exteriores da cordialidade", um conjunto de sociabilidades que demonstrem empatias e um espírito coletivo de que "estamos juntos". De acordo com Holanda, armados nessa máscara o indivíduo pensa e acredita estar acima da sociedade e de suas manifestações, até porque navega no espírito da polidez, da educação mascarada, da calma, da fleuma e harmonia que, tal como um "disfarce", mantém a "presença contínua e soberana do indivíduo em relação à sociedade". Essa presença é carregada de dúvida, haja vista a dificuldade de mantê-la em solo brasileiro relacional. Mas sem sair do escopo do pensamento de Holanda (1995) ressaltamos que:

> No "homem cordial", a vida em sociedade e, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstancias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, a parcela social, periférica, que no brasileiro - como bom americano - tende a ser a que mais importa. Ela e antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: "Vosso mau amor de vos mesmos vos faz do isolamento um cativeiro". Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverencia prolongada ante

> um superior. Nosso temperamento admite formulas de reverencia, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso e tanto mais especifico, quanto se sabe do apego frequente dos portugueses, tão próximos de nós em tantos aspectos, aos títulos e sinais de reverencia (Holanda, 1995, p. 147 e 148).

Os muitos que leram a obra do autor não se atentaram ao apego cultural brasileiro a intimidade que, não raro, termina em nepotismos, fisiologismo, corrupção, preferências, indicações pessoais e tudo aquilo que resulta em relações nada racionais e transparentes. Esse fenômeno por certo vigora em outros lugares, mas há dúvida que sejam da envergadura do que se desenvolveu no Brasil, dado simplesmente pelo fato de se tornar uma relação já banalizada, normal, pessoal, nada transparente e aceitável.

No capítulo VI, "Novos Tempos", o autor discorre sobre os valores individuais com base em valores tradicionais e domésticos. Novamente o indivíduo afirma-se ante os semelhantes como indiferente às leis, mas atentos aos valores pessoais mais exaltados. O importante a destacar aqui é o apego exacerbado e de olhos grandiosos ao "Bacharelismo" como fonte de prestígio e admiração. Onde alguns homens, ditos "intelectuais", formavam nossa "intelligentsia" governamental, o título de bacharel era de muito valia. O autor também destaca a imigração do campo para as cidades e a ameaça de ruína dos velhos padrões coloniais. Holanda (1995) insere nesse contexto o debate do pensamento político liberal - de origem europeia - que não vigorava no Brasil em sua totalidade. Pensamento de "imposição" travestido de espírito democrático. Suas palavras são fortes em relação aos velhos padrões coloniais que ainda são percebidos no Brasil de hoje:

> Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incomoda, confirmando nosso instintivo horror as hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar a situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (Holanda, 1995, p. 160).

Conforme o autor, nossas raízes - no tocante ao aparelho estatal - preservaram o modelo político do passado, um modelo adequado à estrutura rural que, nos anos 1930 e decênios subsequentes, não encontraram apoio na arquitetura econômica. Por outro lado, o Brasil onde as trincheiras das elites não se moviam para trás dificilmente não se ambicionava por mudanças. Metamorfoses de papel, alimentados pelo prestígio de país conquistador e, *a priori*, distante de soluções violentas: O Brasil é

"um país de ótima companhia". Segundo ele: "Tudo isso são feições características do nosso aparelho político que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmoniosas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional" (Holanda, 1995, p. 132). Ainda de acordo com o autor, duas saídas foram ambicionadas pelas elites, (1ª) a substituição dos detentores do poder público e (2ª) a criação de um sistema de leis ou regulamentos de virtude privada.

O equívoco brasileiro, nesse caminho, foi o de não dividir o verdadeiro caudilhismo com o ciclo de pensamento liberal, inspirado em parte pelos ideais da Revolução Francesa. Nossa revolução só terá lugar quando não mais vivermos a antítese liberalismo-caudilhismo. Para o autor, também se faz necessário acabar com os nossos fundamentos particularistas e aristocráticos desmascarando as "mudanças" políticas já conhecidas. No Brasil, como em vários países da América Latina, assistimos ao longo da história a troca de um projeto personalista por outro, sem contudo mudar a essência. Mudar o arcabouço normativo é sempre inútil, dado que ele continua apenas para a manutenção da ordem e da estabilidade. Por último, não cabe transportar ideias já delineadas em outra revolução (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), pois serviriam somente para reinterpretar e acomodar interesses ao velho modelo social que historicamente se mostra inócuo.

> Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nessas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial patriarca, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar (Holanda, 1995, p. 180)

Em outras palavras, o autor argumenta - a respeito das condições da vida democrática no Brasil – dizendo que: "nossa revolução" deve acontecer somente quando liquidarmos o passado, adotarmos o ritmo urbano e proporcionar, de uma forma ou de outra, a emergência das camadas oprimidas da população, únicas com a capacidade para revitalizar a sociedade e dar um novo sentido à vida política. Com base em Herbert Smith, o historiador menciona a necessidade de uma "revolução vertical", uma "revolução honesta" e transformadora, "que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes"[5]. Uma reação revolucionária encontraria apoio firme e honesto da população e criaria condições especiais para o desenvolvimento democrático e histórico no Brasil.

[5] - De acordo com Holanda (1995, p. 180, 181): "(...) as palavras de Herbert Smith representam, não obstante, um convite, mais do que um mero devaneio, e merecem, por isso, ser meditadas. "De uma revolução", dizia, "é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes"". (Grifos do autor)

3.4 FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Caio Prado Júnior é o nosso quarto intérprete que não se deve passar despercebido na compreensão sobre o Brasil. Ele nasceu em São Paulo, no dia 11 de fevereiro de 1907 e era o terceiro filho de quatro filhos de Caio e Antonieta. Sua educação foi primorosa: ingressou no Colégio Jesuíta São Luís (1918), depois passou uma temporada na Escola em Eastbourn, na Inglaterra e no Colégio Chelmsford Hall. No final dos anos 1920 cursou Direito na Faculdade do Largo do São Francisco. Como bacharel e recém formado - com 21 anos - atuou na militância política. Em 1928 filiou-se ao Partido Democrático (PD) e participou da Revolução de 1930. No ano de 1931 integrou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

Dentre suas obras, as mais conhecidas entre os estudiosos são a "A Evolução Política no Brasil (1933)", "Formação do Brasil contemporâneo" (1942) e "História Econômica do Brasil" (1962), nas quais são claras as análises sobre a estrutura econômica e política brasileira baseadas no pensamento marxista. O seu objetivo era compreender as mudanças oriundas do processo de acumulação capitalista que iniciava a transformação dos mecanismos de produção da colônia, diferentemente do que havia ocorrido em solo europeu no qual a consequência da expansão do capitalismo passou da fase comercial para a fase industrial.[6] Como base de comparação analisou a colonização do Brasil como uma estrutura ainda em desorganização, dado que o trabalho livre ainda não havia se desenvolvido em todo território brasileiro. Apontou que em muitos setores havia uma adaptação às novas condições de trabalho, mas não eram poucos os lugares que mantinham bem vivos os valores escravocratas. Essa concepção, baseada em certo evolucionismo do capitalismo como modelo de mercado, levou o autor a defender que ainda não estava completa os planos da economia colonial. Esse fator não favorecia a configuração de relações de classe e não deixava claro ao novo e velho trabalhador a necessidade de consciência de classe, haja vista a exploração que perpassava a organização da divisão do trabalho.

Caio Prado Júnior divide o período colonial brasileiro em duas fases: a primeira fase de 1500 a 1650 e, a segunda, de 1650 a 1808. Em relação à primeira fase, o autor optou por lançar um olhar crítico na base da estrutura social da colônia: a divisão socioeconômica e até geográfica naquele período era clara, porém, a maturação de duas classes diferentes e pouco antagônicas mostrava uma outra organização social: de um lado vicejava os grandes proprietários rurais e as futuras oligarquias proprietárias do capital e, do outro, a grande parcela da população (trabalhadores do campo, pobres, escravos e homens livres). As relações de poder naquele cenário não era outra, senão a força cultural

[6] - O estudo do Brasil colonial tem em Caio Prado Junior a análise da transformação da sociedade brasileira em colônia dos europeus, notadamente os portugueses. A América Latina foi colonizada pelos espanhóis. Com base em métodos materialistas, o autor acreditava em mudanças e criticou a colonização ibérica em contraste com a proveniente da Inglaterra e dos EUA. As primeiras apareceram como colônias de exploração e a outra como de povoamento.

da violência daqueles considerados mais fortes e privilegiados. Havia uma grande disparidade de recursos em nível de materiais para a vida. Os proprietários eram donos de grandes quantidades de terra, material de trabalho e força laboral. Uma economia mercantil já mostrava os reais interesses das elites e dos patriarcas que não abriam mão de mais lucros. Até o final do século XVIII existia no Brasil um mosaico de pessoas sem território, sem trabalho e organização social. Inexistia urbanização, divisões de poder em instituições e a segregação aparecia como regra. O Brasil ainda estava se constituindo em um cenário não desértico, onde organizava-se uma vida humana e cultural com grande variedade de etnias como os indígenas, os brancos portugueses comerciantes e os portugueses liberais, os quais, antes dos negros - e distante dos indígenas - empreenderam a ocupação no Brasil.

A colonização e suas expressões estavam presentes nas "condições objetivas e subjetivas da formação social e cultural", ela se manifestava nas relações produtivas, nas relações sociais, na cultura, na economia, na carente industrialização (denominada depois de tardia), em nossa posição geográfica e em nossa dependência como colônia à metrópole. A posição de poder dos mais fortes se assentava no latifúndio, na monocultura e na grande quantidade de mão de obra escrava. O crescimento da economia, nesse sentido, revelava as grandes possibilidades dos senhores rurais que, por sua vez, abatiam e colocavam em submissão a massa populacional que crescia em solo brasileiro.

> Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a grande exploração[7], isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; isto é que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (Prado Jr., 1963, p. 117).

É consenso entre os estudiosos que o Brasil se tornava uma grande empresa comercial destinada a explorar recursos naturais: "(...) nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, (...); mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café para o comércio europeu" (Prado Jr., 1961, p. 252-256). O senhor de engenho ou o fazendeiro não passavam de um "explorador, o empresário do grande negócio, o dirigente, e, sendo eles das primeiras levas, são de origem 'nobre ou fidalga'." A escravidão se tornou imperativa para não somente substituir a mão de obra escassa, mas também para garantir o aumento de produtividade e de produção de mais recursos oriundos da Europa (Prado Jr., 1961). A partir dessa conjuntura, se desenvolveu a exploração predatória do solo e a reprodução da população

[7] *À título de* lembrança, o Brasil foi o último país independente da América a abolir a escravidão. Os historiadores tem apontado dois motivos, em primeiro a ideia de que os proprietários das terras jamais abririam mão de sua mão de obra e negociaram para que a escravidão fosse abolida aos poucos. O segundo motivo se assenta nos interesses da elite que viam na economia escravocrata um dos maiores motivos para não ser levado à frente a política de reforma agrária.

nos territórios. Assim, instalava-se no Brasil o aparelhamento material necessário, ao mesmo tempo em que se organizava a produção (Prado Jr., 1963, p. 119-122).

Estudiosos da formação colonial brasileira questionam a obra do historiador apostando na possibilidade de uma cultura e economia política feudal, tendo como hipótese as teses de que o Brasil colonial era constituído por uma economia pré-capitalista em sua formação histórica. Todavia, Caio Prado Jr. assevera que "[...] alguns daqueles teóricos mais alertados passaram a evitar a expressão 'feudalismo', e a substituíram por 'pré-capitalismo' (...) a substituição da expressão feudalismo por esta outra pré-capitalismo não passa, na teoria ortodoxa da revolução brasileira de um expediente eufêmico. (Prado Jr., 1967, p. 46-47). Já, de acordo com Hirano (1989):

> A formação colonial era pré-capitalista com elementos feudais, a escravidão era uma revitalização da Antiguidade Clássica e da Idade Média, sem terem sido extintas até o século XVII. A estrutura social foi estamental, onde, seguindo a analogia do corpo, a cabeça era composta pelos senhores de engenho, fazendeiros e prelados, os braços armados, pelos feitores e toda organização repressiva mantenedora da ordem social, e a mão de obra era composta de escravos e homens de ofício (artesãos, mecânicos, etc.). O poder nascia mais da terra do que do mercado, as relações eram mais políticas e de violência armada do que monetária (econômica). Os portugueses eram mais aventureiros, traficantes e senhores soberanos estamentais de terra do que empresários, dirigentes e empreendedores comerciais ou capitalistas (Hirano,1989, p. 256).

A questão se o Brasil apresentou uma ordem (pré) feudal não nos cabe maior demora nesse momento, o fato é que segundo Caio Prado Júnior, a ordem política composta na época ofuscava a própria soberania da Coroa Portuguesa, uma vez que a verdadeira e quase única administração da colônia era constituída pelas câmaras municipais, tomadas e lideradas pelos proprietários rurais. Imbuídos de prestígio, o poder político da Coroa passou a se confundir com o protagonismo dos latifundiários, os quais - de uma forma ou de outra - exerciam o poder nas vilas e nas cidades. Com essa organização política as elites conseguem, não sem grandes esforços, manter a sujeição da massa populacional, explorando o trabalho escravo e os poucos homens livres e liberais.

Na segunda fase da colonização (1650 a 1808), o autor aponta para um Brasil em fase de potentes mudanças econômicas propiciadas pelo aumento e acumulação de riqueza no país. Nesse período, alinharam-se frente a frente, apesar dos interesses opostos, empresários e senhores de grandes terras (latifúndios), cuja única diferença se assentava na ganância propiciada pela evolução econômica e social da colônia. No mesmo sentido, de um lado haviam os brasileiros (brancos e plantados nas oligarquias) que eram os proprietários do capital: uma aristocracia fundiária nacional que diretamente sofriam o ônus da opressão colonial, cristalizada na presença da família real no território brasileiro. De outro lado, tínhamos os "empresários" e as elites da metrópole associados aos mercadores portugueses e a burguesia comercial. Diante desse quadro o período colonial em destaque é compreendido pelo

autor como de “transformação política” onde se desloca pouco a pouco a autoridade política das mãos dos fortes proprietários rurais para as elites empresariais.

De acordo com Caio Prado Júnior, em primeiro lugar, os proprietários rurais amargaram com as várias disputas pelos cargos administrativos, os quais até então eram de seu monopólio exclusivo. Não tardou para que houvessem a substituição de muitas representações políticas pelo Brasil com efeitos não tão profundos: as administrações municipais aos poucos são reduzidas em potencialidade e a autoridade política da metrópole sobre a colônia se afirma. Em 1808, o historiador paulista descreve nossa “revolução” ao assinalar a transferência da monarquia portuguesa para o Brasil[8]. Essa transferência veio consolidar os atos preparatórios para a emancipação política do país. Na realidade, para o autor ela foi decisiva, dado que iniciou mudanças em todas as esferas, social, cultural, política e a econômica. As mudanças decorriam, sobretudo, no campo político de tais circunstancias. Ao contrário de muitos outros países, onde foi utilizada a violência ostensiva para as mudanças políticas e econômicas, no Brasil, “é o próprio governo metropolitano quem, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, é o governo metropolitano quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira” (Prado Jr. 1983, p. 45). Para o autor, as mudanças na estrutura colonial já apontavam para o reordenamento do poder em menos de três séculos de colonização e, a transferência da Corte, favoreceu posteriormente a realização de nossa independência:

> O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos se não estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos, e contaria justamente da transferência da Corte em 1808. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o regente aboliu “ipso facto” o regime de colônia em que o país então vivera. (...) São abolidas uma atrás das outras, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país” (Prado Jr. 1983, p. 47).

Nas palavras do autor caíram com a Corte as estruturas do sistema colonial e com ele todos os seus ajustes econômicos, políticos e sociais. O Estado brasileiro começa a se constituir, a simples presença do regente exigia naturalmente a centralização do aparelhamento político e administrativo que garantiu, em princípio, forte organização política. O Brasil entra de vez no caminho da economia

[8] - A família real portuguesa chegou ao Brasil em 22 de janeiro de 1808, devido a invasão de Portugal pela França. Em solo brasileiro, D. João VI estabeleceu uma imprensa e criou o primeiro banco nacional, o Banco do Brasil. Além disso, providenciou a abertura de portos abrindo o comércio para as nações amigas. Também foram criadas as primeiras faculdades e iniciou-se o desenvolvimento científico e artístico no Brasil, com a construção de museus, bibliotecas, entre outros.

internacional, se fortalece internamente e tem o início a "revolução constitucional", a qual favorece muitas transformações. O Estado, no jogo político das ideias e da cultura "democrática", se desenvolveu com certa dificuldade o caminho de sua independência. Muitas ideais chegavam ao Brasil em uma verdadeira "ebulição" de valores, e o país assistiu a inúmeras agitações que explodiram em grandes movimentos de massa que, sem seguida, assistiram à derrubada dos poderes em diferentes capitanias. Finalmente, muitas vão ser substituídas por juntas eleitas e, posteriormente, auxiliarão na implantação do regime constitucional no Brasil (ver também, Carvalho, 1987).

Ainda sobre a temática mencionada não só as massas se movimentaram. Com elas as elites articularam formas para a manutenção do poder. Muitas lideranças se destacaram e o imaginário no Brasil passou a ser a preocupação em limitar o mais rápido possível os poderes do imperador e valorizar a representação nacional. Duas forças se acomodaram e debateram o poder sob os seguintes alicerces: a soberania nacional em oposição à do monarca e a monarquia em oposição à da soberania nacional. O processo da mudança de cultura política foi norteado por vários fatores. Porém, vale registrar a discriminação dos direitos políticos e o forte poder dos proprietários rurais, principais responsáveis pela independência, os quais foram agraciados por muitas vantagens políticas.

Uma burguesia - a elite - se estruturou na tentativa de evitar a recolonização do Brasil. No decorrer da história D. Pedro ficou no Brasil, D. João VI havia voltado e a ideia de recolonizar o país é deixada de lado. Porém, a elite havia conduzido D. Pedro para a liderança política do Brasil. O movimento visou elitizar o processo afastando o povo para evitar a possibilidade de a República e da abolição da escravidão. A independência do país em relação a Portugal aconteceu sem grandes abalos, mas praticamente só os membros da classe dominante podiam ocupar os principais cargos públicos – Governadores, Senadores, Deputados, Ministros etc...

A história do segundo reinado é que vai nos fornecer os evidentes traços das instituições imperiais: notam-se os fatores que levaram a abolição, que, por sua vez, diminuiu o poder político e econômico das elites e, com tantas lutas e revoltas, a "opinião liberal", com D. Pedro apoiado pelas elites dominantes tentaram manter a estabilidade. Apesar das elites contrárias minarem suas forças o Império se mostrou incapaz de resolver os problemas nacionais, e, seu último decênio é de "completa decomposição". Nas palavras do autor:

> O último decênio do Império é de completa decomposição. Arrastado malgré soi, ia cedendo em doses homeopáticas; mas com isto desgostava gregos e troianos: uns porque fazia de menos; outros, porque fazia demais. A Abolição afinal decretada em 1888, em nada contribuiu para reforças as instituições vacilantes: confiança perdida dificilmente se recupera, e por isso serviu a Abolição apenas para alienar do trono as últimas simpatias com que se contava. Quando Ouro Preto pensou galvanizar o Império moribundo com seu imenso programa de

> reformas, era tarde: ele já agonizava. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro (Prado Jr, 1985. p. 102).

O Brasil, como um mosaico de acontecimentos ininterruptos, encontra em Caio Prado Júnior um intelectual que descreve com acuidade os acontecimentos e renova, dentre outros autores, o olhar sobre o país. Para ele o Brasil colônia, apesar do fim da escravidão, enfrentou ainda as condições de uma monarquia nada nobre e uma elite exploradora cuja história foi marcada por continuísmos. Não conseguimos, a despeito das metamorfoses no modelo de produção e da renovação da mão de obra, avanços consideráveis no capitalismo tardio, O qual desenvolvemos com base em substituição de importações e sem a criação de um sistema político que realmente favorecesse a democracia, a igualdade de classes e a diminuição da exclusão. Ao contrário, caminhamos no sentido de criar uma elite robusta em nível nacional e atuante em nível internacional, mas mesquinha, ranzinza (utilizando as palavras de Darcy Ribeiro, 2006) no tratar da economia com operariado organizado e um exagerado exército de reservas. Nossa herança colonial favoreceu as deficiências na infraestrutura, em nossa incapacidade científica e técnica que, em nível nacional, criou grandes diferenças econômicas e políticas e no plano internacional mergulhou o Brasil na submissão, em primeiro, da substituição de importações e, em segundo, na cultura do capitalismo financeiro baseada em concentração de renda e produção de exclusão (Tavares, 1978).

4 CONCLUSÃO

A despeito da preocupação em classificar este ou aquele autor que se dedicou a interpretação da cultura brasileira esboçando o papel do indígena, do branco e do negro na sociedade – ou – que se dedicou em analisar as fases do desenvolvimento econômico ou político brasileiro é claro que em qualquer conjuntura encontraremos fatos que sugerem influências claras de um ou outro autor que escreveu antes ou após 1930. Em muitos casos, autores importantes na interpretação da cultura brasileira traçaram outros caminhos, mesmo após a ditadura militar em 1964. O episódio levou muitos outros a traçar estudos sobre a modernidade no Brasil, bem como a “evolução” de seu governo e de categorias importantes como o trabalho, a religião, a cultura, o corpo, os movimentos sociais, a violência, o poder, a desigualdade social e a exclusão. Talvez, em larga medida, todas interpretações tocaram um ponto em comum, a formação do Estado brasileiro e as continuidades de acontecimentos que inviabilizam a democracia. Também é possível apontar para as interpretações de um Brasil à beira da modernidade e de suas transformações sempre tardias em comparação ao mundo ocidental.

A ditadura expulsou muitos intelectuais que publicaram ensaios e obras importantes a respeito do desenvolvimento político e crescimento econômico do Brasil, Dentre eles, Florestan Fernandes,

Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Antônio Cândido, Raimundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos, Francisco Weffort, Darcy Ribeiro e Fabio Wanderley Reis fazem parte desse esforço intelectual para apresentar teses sobre o Brasil. Não ao acaso foi de capital importância a criação da Escola de Sociologia em São Paulo. Muitos autores nesse período, especialmente até os anos 1980 produziram e continuam a produzir teses com caráter ensaístico, não raro unificando autores e diferenciando pensamentos e posturas teóricas. É clara a importância dos novos e velhos autores, mas nas ciências humanas estão eles disputando o cenário e o imaginário social. Não existe problema nesse quesito, desde que o debate seja honesto e claro. O nosso interesse primordial é ressaltar a análise dos quatro importantes intérpretes sobre o Brasil e verificar autores, momentos e acontecimentos que marcaram a todos nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz, casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Escrita, 1994.

BASTOS, E. R.. "Pensamento social e escola sociológica paulista". *In*: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo, Sumaré, 2002.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1994

CANDIDO, Antônio. (1963), "Prefácio". *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4. ed., Brasília, Editora da UnB, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

CHALHOUB, Sidney **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões:** campanha de Canudos. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. (Org. Walnice nogueira Galvão). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1991.

FAUSTO, Boris**. História do Brasil.** São Paulo: Ed. EDUSP, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Ed. Círculo do Livro S.A., 1980.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Ed Global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso.** Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. São Paulo: Ed. Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995. (O original data de 1936).

HIRANO, Sedi. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo. Editora Hucitec, 1988.

MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo, Sumaré, 2002

MOITA, Sandro Teixeira. Todos perdemos. Dossiê Guerra dos Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro. Ano 10, nº 111, dezembro de 2014.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura Brasileira**. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil.** Colônia e Império. 13ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1985.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

RODRIGUES, Nina. **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

ROMERO, Silvio & RIBEIRO, J. **Compendio de História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Francisco Alves, 1909.

ROMERO, Silvio **Obra Filosófica**. (Introdução e seleção de Luís Washington Vita). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1969.

ROMERO, Silvio. **Contos populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.

SANTOS, W. G.. dos. **Cidadania e Justiça**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. Das letras, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, J. de. **A modernização seletiva**. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, J. de. **A elite do atraso**. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2017.

SOUZA, J. de**. Como o racismo criou o Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Jessé de. **Brasil dos Humilhados**: uma denúncia da ideologia elitista. São Paulo: Ed. Jefte Editora, 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro.** Ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: Fábrica de Ideologias. São Paulo: Ed. Ática, 1977.

VILLELA Júnior, M. E. da C. **Canudos**: memórias de um combatente. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

WEFFORT, Francisco C.. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personagens. São Pauli: Ed. 2006.